

PROCESSO Nº

141/17

REG. PROC. Nº

7

FOLHA Nº

02



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 103/17

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º, DA
LEI Nº 2233/96

Autor: de

PREFEITO

AUTUAÇÃO

Aos

08

dias do mês de

setembro de 2017

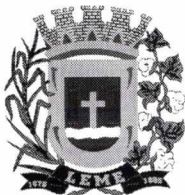
autuo

O P.L. Nº 103/17 e of. Nº 615/17 em frente

Eu,

,subscrevi

Autógrafo de lei n.º 96/17



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R. 14/117	Rs 02

Ofício nº 615/2017 – GP.

Leme, 04 de setembro de 2017.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei Ordinária.

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Complementar que:

- “Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 3297, de 18 de junho de 2013”

Ressalto, que justifica-se a Urgência do referido projeto lei para buscarmos a realização/renovação de convênios com os Governos Federal e Estadual, sem apresentar qualquer risco aos beneficiários

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requeiro a tramitação sob regime de urgência especial.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

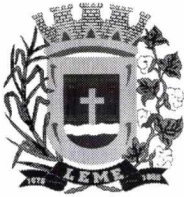
CÂMARA MUNICIPAL DE LEME
06/09/2017 15:18:06

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

Protocolo Nro. 3112 / 2017
Tipo Docto Projeto de Lei Ordinária n. 103
Data Inserção 06/09/2017

William Carlos Zero da Silva

Ao
Excelentíssimo Senhor,
RICARDO PINHEIRO DE ASSIS
Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.
Nesta



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 14/11/17	Rs 03
m7	

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 103 /2017

“Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Altera o artigo 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996, alterado pela lei 2.297, de 18 de junho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável será constituído de membros sendo:

- I- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário;
- II- Um representante titular e um suplente do Escritório de Desenvolvimento Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – EDR/CATI, indicados pelo Coordenador;
- III- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- IV- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- V- Um representante titular e um suplente Das Associações/Cooperativas dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VI- Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo mesmo indicados;

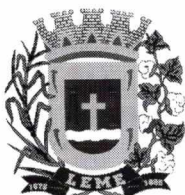
REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 141

Fls 02, do Registro de Processo nº 7

Leve, 06 de 9 de 20 17

Funcionário 



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 14/17	Rs 04
my	

- VII- Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VIII- Um representante titular e um suplente das Associações e ou Organizações de classe ligada ao Agronegócio, pelo mesmo indicados;

Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável serão designados por ato Prefeito Municipal.

Parágrafo Segundo: O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável terá a duração de dois (2) anos, facultada a recondução.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 04 de setembro de 2.017.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R. 141/17	Rs 05
[Handwritten signature]	

MENSAGEM E JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ilmos. Srs. Vereadores.

Com nossos cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência e demais Vereadores, para a necessária apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, Projeto de Lei que "Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 3297, de 18 de junho de 2013".

Enfatizo que não se pode olvidar que a composição do Conselho, com 09 membros dá-se sem paridade, por isso, é necessária a alteração na lei para que a composição do Conselho seja de forma paritária.

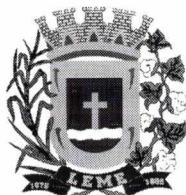
Ademais a alteração da constituição dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável visa dar condições ao pleno funcionamento do referido Conselho.

Sendo assim, rogo aos Senhores Edis, que após as devidas análises seja o presente projeto de lei aprovado em REGIME DE URGÊNCIA, para buscarmos a realização/renovação de convênios com os Governos Federal e Estadual, sem apresentar qualquer risco aos beneficiários

Leme, 04 de setembro de 2.017.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Rt 14/1/17	Fis 06

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Na qualidade de ordenador de despesas, **DECLARO** que o projeto "Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996", não terá impacto orçamentário, tendo em vista que, somente altera a constituição dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, para que a composição do Conselho seja de forma paritária, visando dar condições ao pleno funcionamento do referido Conselho.

Leme, 04 de setembro de 2017.


Maurício Rodrigues Ramos
Secretário Municipal da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Agrário

REFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

Secretaria da
**AGRICULTURA, PECUÁRIA E
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**



Juntos faremos o que deve ser feito!

Ofício n.º: 019/2017

Leme, 26 de julho de 2017.

Prezado Senhor

Solicitamos a gentileza de alterar o artigo 3 da Lei 3287 de 18 de junho de 2013, que constitui os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, ficando assim:

- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário;
- I - Um representante titular e um suplente do Escritório de Desenvolvimento Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – EDR/CATI, indicados pelo Coordenador;
- II - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal da Educação;
- IV - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- V - Um representante titular e um suplente das Associações/Cooperativas dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VI - Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VII - Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VIII - Um representante titular e um suplente das Associações e ou Organizações de classe ligada ao Agronegócio, pelo mesmo indicados;

Ficaria paritário o Conselho, com 4 representantes Público e 4 representantes Civil.

Atenciosamente,

Maurício Rodrigues Ramos
Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário.

Ilmo Senhor
Dr. Kalleb Grossklauss Barbato
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

LEI Nº3297 de 18 de junho de 2013

Altera o artigo 1º da Lei nº 3.206, de 07 de dezembro de 2011, que alterou o artigo 3º da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1.996, que trata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências;

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural instituído pela Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1.996, alterado pela Lei nº 3.206, de 07 de dezembro de 2.011, passa a denominar de "**Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**".

Artigo 2º - O artigo 3º da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1.996, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 3.206, de 07 de dezembro de 2.011, que trata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável será constituído de membros sendo:

- I – um representante titular e um suplente da Prefeitura Municipal;
- II – um representante titular e um suplente da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural;
- III – um representante titular e um suplente do Sindicato dos Produtores Rurais;
- IV – um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- V – um representante titular e um suplente da organização social e econômica dos produtores rurais e agricultores familiares tais como: Associação/Cooperativa/Grupos de produção informal;
- VI – um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- VII – um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- VIII – um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

IX – um representante titular e um suplente da Câmara de Vereadores do Município de Leme.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável terá a duração de dois (2) anos, facultada a recondução.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 18 de junho de 2013.

PAULO ROBERTO BLACKE
Prefeito Municipal de Leme

LEI Nº 2.233 DE 29/10/1.996
Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá
outras providências correlatas.

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Leme.

Artigo 2º - Ao Conselho ora instituído compete:

I – Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;

II – Promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados a produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;

III – Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário plurianual e anualmente o Programa de Trabalho e acompanhar a sua execução;

IV – Manter intercâmbio com os conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;

V – Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas à agropecuária e ao abastecimento alimentar.

Parágrafo Único – O Programa de Trabalho abrangerá as atividades de assistência técnica, construções, reformas e serviços necessários à melhoria da infra-estrutura municipal, de apoio a agropecuária e ao abastecimento.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de membros sendo:

I – Um representante titular e um suplente da Prefeitura Municipal;

II – Um representante titular e um suplente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, indicados pelo titular daquela Pasta;

III – Um representante titular e um suplente da associação / sindicato dos produtores rurais, pelo mesmo indicado;

IV – Um representante titular e um suplente da associação / sindicato dos trabalhadores rurais, pelo mesmo indicado;

V – Um representante titular e um suplente das Cooperativas rurais, pelos mesmos indicados.

C.M. LEME	
R 14/1/17	Rs 11
47	

Parágrafo 1º - No caso da inexistência de Associação / Sindicato ou Cooperativa, deverá ser garantida a participação de representantes dos produtores e trabalhadores rurais.


Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural terá a duração de 2 anos, facultada a recondução.

Artigo 4º - Dentro de trinta dias após a composição do Conselho, os seus membros deverão aprovar Regimento interno disciplinando seu funcionamento e a forma de eleição de seu Presidente.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal fornecerá a infra-estrutura administrativa necessária à atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrário.

A Procuradoria Jurídica
para parecer em 06/9/17


PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 142	Rs 12
<i>[Signature]</i>	

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº: 103/17

EMENTA: "Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996"

AUTORIA: Executivo

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE,

e

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA LAZER E TURISMO

As Comissões de **Constituição Justiça e Redação, Orçamento, Finança e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo**, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresentam um único relatório, o qual é também nosso voto:

1-) Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Executivo que busca alterar a redação do art. 3º da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996, artigo este que trata da composição dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

2-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal, não ofende as Normas Superiores e, encontra-se bem redigido e instruído.

3-) Sob o aspecto do interesse e conveniência, as Comissões de Orçamento, Finança e Contabilidade e Saúde, Cultura, Lazer e Turismo entendem ser o projeto interessante porque vêm trazer maior paridade para o Conselho.




CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

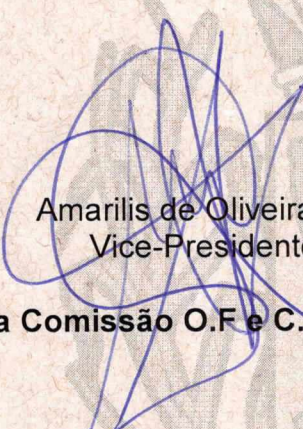
C.M. LEME	
R	Rs
141	73


4-) Diante de tudo e nada obstando a sua tramitação, as Comissões, conjuntamente é de parecer **FAVORÁVEL** para que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 11 de setembro de 2017.


Pela Comissão C. J. e R.



Ellan Ricardo da Paixão
Presidente



Amarilis de Oliveira Ribeiro
Vice-Presidente


Elias Eliel Ferrara
Secretário


Pela Comissão O.F e C.



Elias Eliel Ferrara
Presidente

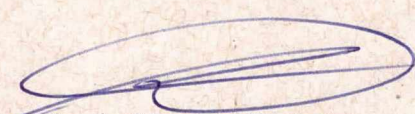

Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente


Ademir Albano Lopes
Secretário

Comissão de S. E. C. L. e T.


Amarilis de Oliveira Ribeiro
Presidente


Ellan Ricardo da Paixão
Vice-Presidente


Ricardo de Moraes Canata
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R	1217
Rs	14

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme.

Os vereadores abaixo assinados, com fulcro nos artigos 190, I, 191, 192 e 193 parágrafo único, todos do Regimento Interno, vêm respeitosamente **REQUERER** a Vossa Excelência, seja o presente pedido, submetido à apreciação do Egrégio Plenário, para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação do **Projeto de Lei nº 103/2017**, de autoria do Executivo, que "**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º, DA LEI Nº 2233/96**".


JUSTIFICATIVA: A urgência pretendida deve-se ao fato de buscar a realização/renovação de convênios com os Governos Federal e Estadual, sem apresentar qualquer risco aos beneficiários, razões pelas quais justifica-se a apreciação do presente projeto sob o Regime de Urgência.

Leme, 11 de setembro de 2017


Lemes Dillio Canedo
FERRARA


Ao Expediente

11 / 09 / 20 12


PRESIDENTE

A Ordem do Dia

11 / 09 / 20 12


PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

A Ordem do Dia


17/09/2017

PRESIDENTE

C.M. LEME	
R 147	Rs 15

Requerimento de Urgência Especial na tramitação do P.L. nº 103/17, aprovado por unanimidade dos presentes em única votação.

Em 11 de setembro de 2017.



Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente

A Ordem do Dia

17/09/2017

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 103/17 aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação.
Em 11 de setembro de 2017.


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 147	Rs 16
<i>(Signature)</i>	

Redação Final

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 103/2017

“Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996”.

Artigo 1º - Altera o artigo 3º, da Lei nº 2.233, de 29 de outubro de 1996, alterado pela lei 2.297, de 18 de junho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável será constituído de membros sendo:

- I- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário;
- II- Um representante titular e um suplente do Escritório de Desenvolvimento Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – EDR/CATI, indicados pelo Coordenador;
- III- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- IV- Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- V- Um representante titular e um suplente Das Associações/Cooperativas dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VI- Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo mesmo indicados;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 141	Rs 17


- VII- Um representante titular e um suplente do Sindicato dos Produtores Rurais, pelo mesmo indicados;
- VIII- Um representante titular e um suplente das Associações e ou Organizações de classe ligada ao Agronegócio, pelo mesmo indicados;

Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável serão designados por ato Prefeito Municipal.

Parágrafo Segundo: O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável terá a duração de dois (2) anos, facultada a recondução.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 11 de setembro de 2017


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente